



Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

PROCESSO Nº	: 45.690-0/2022
ASSUNTO	: DENÚNCIA
PRINCIPAL	: EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – MTI
REPRESENTANTE	: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI
INTERESSADA	: CLICK TI TECNOLOGIA LTDA.
ADVOGADOS	: ANDERSON G. DA SILVA – OAB/MT nº 20.171 BRUNO BORGES SALOMINI – OAB/MT nº 29.319 ERIDIANA PAULI – OAB/MT nº 24.395 LETÍCIA STROBEL – OAB/MT nº 31.095 LEONARDO DA SILVA CRUZ – OAB/MT nº 6.660 PASCOAL SANTULLO NETO – OAB/MT nº 12.887 RENATO MÉLON – OAB/MT nº 18.608 RAQUEL ARRUDA S. BRZ – OAB/MT nº 26.173-A VICTOR AUGUSTO M. MARTIN – OAB/MT nº 18.649
RELATOR	: CONSELHEIRO ANTÔNIO JOAQUIM
RELATOR VOTO-VISTA	: CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA

RAZÕES DO VOTO-VISTA

1. De início, rememoro que o Conselheiro Relator Antônio Joaquim proferiu o seu voto na Sessão Ordinária do dia 14/03/2023, oportunidade em que votou pela homologação da medida cautelar ora em apreço e não provimento do Recurso de Agravo pertinente.
2. Após pedido de vistas dos autos, o Conselheiro Waldir Júlio Teis apresentou seu voto-vista na Sessão Ordinária do dia 28/03/2023, discordando do eminente Relator, de modo que votou pela não homologação da medida cautelar.
3. O Conselheiro Guilherme Maluf, por sua vez, também apresentou voto-vista, desta vez acompanhando integralmente o voto do Relator Conselheiro Antônio Joaquim.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

4. Diante da divergência instaurada, na mesma Sessão, solicitei e obtive vista dos autos para melhor exame da matéria.
5. Pois bem, após me debruçar sobre os autos e analisar atentamente os votos apresentados, adianto que, pelo presente voto-vista, estou acompanhando o voto divergente do Conselheiro Waldir Teis, pelas razões que passo a expor.
6. Trata-se de Denúncia apresentada na Ouvidoria do TCE/MT, por meio do Chamado nº 1129/2022, em face da Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação-MTI, relatando supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 19/2022, que teve como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de infraestrutura de processamento e armazenamento hiperconvergente baseado em tecnologia *vmware*, no valor estimado de R\$ 14.407.708,52 (quatorze milhões, quatrocentos e sete mil, setecentos e oito reais e cinquenta e dois centavos).
7. Conforme o denunciante, a habilitação da empresa Click TI Tecnologia Ltda. foi realizada de forma irregular, pois a matriz da empresa havia sido declarada inidônea, tendo participado da licitação com o CNPJ de sua filial e apresentado atestado de capacidade técnica da matriz, no intuito de se esquivar da sanção imposta.
8. Vislumbro, assim, que o cerne da questão reside em saber se, ao tempo do Pregão Eletrônico nº 19/2022, a empresa Click TI Tecnologia Ltda. já tinha sido declarada inidônea, hipótese em que não poderia ter se habilitada na licitação.
9. Para tanto, tem-se necessário fazer uma análise cronológica dos fatos.
10. Primeiro, em **24/11/2021**, houve a decisão administrativa de **declaração de inidoneidade da empresa Click TI Tecnologia**, expedida pela Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso-CGE/MT, com a consequente inclusão da referida pessoa jurídica no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

11. Contra essa decisão, a empresa apresentou recurso administrativo com pedido de efeito suspensivo, em **1º/12/2021**.

12. Em **27/12/2021**, houve a concessão de liminar no Mandado de Segurança nº 1023477-23.2021.8.11.0000, pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, **determinando a suspensão da sanção** de declaração de inidoneidade e consequente retirada do registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS.

13. Na sequência, em **04/11/2022**, por meio de decisão monocrática proferida no Agravo Interno nº 1023477-23.2021.8.11.0000, **foi revogada a medida liminar supramencionada**.

14. Na mesma data de **04/11/2022**, houve a Sessão Pública para disputa de lances, no Pregão Eletrônico nº 19/2022. Em **08/11/2022**, houve a habilitação da empresa na licitação, a qual foi homologada em **21/11/2022**. O contrato nº 42/2022/MTI foi assinado em **25/11/2022**.

15. Em **16/12/2022**, procedeu-se novamente à inscrição da empresa como inidônea no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS (Doc. Digital nº 9078/2023, p. 28).

16. Na data de **24/02/2023**, a Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso admitiu o recurso administrativo outrora interposto no efeito suspensivo.

17. Em **13/03/2023**, foi julgado o mérito do recurso administrativo, oportunidade em que foi mantida a condenação de inidoneidade, todavia apenas alterando o prazo da sanção para 03 (três) meses.

18. Pois bem, exposta a cronologia dos fatos, importa destacar dois pontos cruciais: **1º)** a condenação à declaração de inidoneidade data de 24/11/2021; **2º)** o trânsito em julgado dessa condenação data apenas de 14/03/2023.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

19. Como se sabe, em observância aos princípios da legalidade, da ampla defesa e contraditório, da segurança jurídica, da presunção de inocência e da razoabilidade, a decisão que declara uma empresa inidônea apenas produz efeitos após a formação da coisa julgada administrativa.

20. Isso quer dizer que, à época da licitação do Pregão Eletrônico nº 19/2022 e da assinatura do correspondente Contrato nº 42/2022/MTI, isto é, **novembro de 2021**, ainda estava pendente a análise do recurso administrativo interposto pela empresa Click TI Tecnologia, contra a decisão que a declarou inidônea. Para todos os efeitos, então, a empresa ainda poderia participar da licitação realizada pelo MTI.

21. Deve ser ressaltado aqui, que a intervenção deste Tribunal de Contas nas licitações realizadas pela Administração Pública, **deve ser mínima**, apenas em casos de **extrema e flagrante ilegalidade**.

22. Esse pensar está em sintonia com o princípio da intervenção estatal mínima ou indicativa na economia privada, disposto no art. 174, caput, da Constituição Federal.

22. Oportuno ressaltar que as sanções de inidoneidade possuem efeitos para frente (“*ex nunc*”) e não afetam automaticamente os contratos já em andamento.

23. Aplicando este preceito ao caso em apreço, se a superveniência da declaração de inidoneidade fosse suficiente para rescindir os contratos administrativos firmados com a pessoa jurídica apenada, a atividade administrativa seria fortemente prejudicada, interrompendo a prestação de serviços e onerando os cofres públicos.

24. Deste modo, conclui-se que apenas devem ser revistas as contratações firmadas pela empresa Click TI, após a data do trânsito em julgado da decisão





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

administrativa que aplicou a sanção de inidoneidade à empresa, isto é, em **14/03/2023**, em homenagem ao princípio da segurança jurídica.

25. Por essa razão, é farta a jurisprudência do Tribunal de Contas da União no sentido de que os efeitos da declaração de inidoneidade operam apenas a partir do trânsito em julgado da respectiva decisão condenatória. Anoto nesse sentido os Acórdãos Plenários n°s 348/2016, 2453/2019 e 4047/2020.

26. Anda bem o Tribunal de Contas da União nesse sentido, pois está a concretizar, em suas decisões, o princípio constitucional da presunção de inocência disposto no art. 5º, inciso 57, da Constituição Federal, segundo **o qual ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória**.

27. Assim, entendo pela possibilidade da Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação-MTI dar continuidade ao referido contrato tal como anteriormente celebrado, na medida em que foi ajustado antes da formação da coisa julgada administrativa.

DISPOSITIVO DO VOTO VISTA

26. Ante o exposto, baseado em análise de cognição sumária dos autos, não acolho o Parecer Ministerial e **VOTO** em sintonia com o voto divergente apresentado pelo Conselheiro Waldir Júlio Teis, no sentido de **não homologar a medida cautelar apresentada**, em face da ausência dos requisitos autorizadores da medida extrema e da contratação regular.

27. É o voto-vista.

Cuiabá-MT, 10 de abril de 2023.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

(assinatura digital)¹

Conselheiro **SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA**
Relator

¹Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

